



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2014

PARECER-CONJUNTO N.º 29-SFRI/SUDECO
Brasília (DF), 05 de novembro de 2014

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	5
3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	7
4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2014.....	7
4.1. DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES.....	8
4.2. PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	8
5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2014.....	9
5.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2014	9
5.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR	9
5.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	10
6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2014.....	11
6.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE DE 2014.....	11
6.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF E SETOR	12
6.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	12
7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2014.....	13
7.1. ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO.....	13
7.2. ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR	13
8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2014	13
8.1. CONTRATAÇÕES POR UF.....	14
8.1.1. Contratações no DF	15
8.1.2. Contratações no Estado de GO	16
8.1.3. Contratações no Estado de MS	17
8.1.4. Contratações no Estado de MT.....	18
8.2. CONTRATAÇÕES POR PORTE	18
8.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores	19
8.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores	20
8.3. CONTRATAÇÕES POR SETOR	20
8.3.1. Contratações com o setor empresarial.....	20
8.3.2. Contratações com o setor rural.....	21
8.4. CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO.....	21
8.4.1. Contratações com o setor comercial e de serviços.....	23
8.5. CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA.....	23
8.6. CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO	24
8.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira	24
8.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas.....	25
8.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios	25
8.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE).....	25
8.7. CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS	26
8.8. CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO)	26
8.9. SITUAÇÃO DA DEMANDA	27
9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES	28
9.1. PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS	28
10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	31
10.1. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	31
10.2. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL	32
10.3. SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA	32

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

11. AUDITORIA EXTERNA	33
12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MI E PELA SUDECO	34
12.1. SEMINÁRIOS FCO ITINERANTE	36
13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES	37
14. PARECER E RECOMENDAÇÕES.....	39

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2014, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região.

Em função da apresentação de alguns quadros do Relatório em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2014.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Ministério da Integração Nacional (MI);
- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

O Ministério da Integração Nacional (MI) é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);

- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Cabe esclarecer que, com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI). Os referidos Decretos foram revogados/substituídos pelos Decretos n.º 8.277, de 27.06.2014, e n.º 8.161, de 18.12.2013.

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

O § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO seriam exercidas temporariamente pelo Condel/FCO. Com a instalação, em 13.11.2012, do Condel/Sudeco, o Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2014, será submetido à consideração e deliberação do Condel/Sudeco, e não mais à do Condel/FCO.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;

- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa/linha, por setor, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos, etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

A Programação do FCO para 2014 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A., avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 18, de 06.12.2013, publicada no DOU de 09.12.2013, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, com as contribuições originadas em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

4.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 379, de 15.08.2013, publicada no DOU de 19.08.2013, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2014.

O Condel/Sudeco, por sua vez, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 15, de 06.09.2013, publicada no DOU de 16.09.2013, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2014.

O Banco do Brasil S.A. formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A proposta foi aprovada pelo Condel/Sudeco, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 18, de 06.12.2013, publicada no DOU de 09.12.2013, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

4.2. Programas e Linhas de Financiamento

A Programação está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas:

Quadro 1: Programas e Linhas de Financiamento

Programas	Linhas
Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas – MPE	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.
Programa de FCO Rural	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e 8. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	1. Pronaf; e 2. Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).
Programa de FCO Empresarial para Repasse	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Rural para Repasse	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

Fonte: Programação do FCO para 2014.

5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2014

5.1. Recursos previstos para o exercício de 2014

De acordo com a Programação do FCO para 2014, aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 18, de 06.12.2013, publicada no DOU de 09.12.2013, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2014 é de R\$ 4.961,1 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações); previsão de receitas e despesas do Fundo; disponibilidades apuradas em 31.12.2013; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação:

Quadro 2: Recursos previstos para o exercício de 2014

Origem	R\$ Milhões
	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	2.206,0
Retornos de financiamentos	2.956,0
Resultado operacional	136,8
Disponibilidades ao final do exercício anterior	137,7
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(475,5)
Total	4.961,1

Fonte: Programação do FCO para 2014 e Relatório de Gestão do BB.

5.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2014, a Portaria MI n.º 379, de 15.08.2013, publicada no DOU de 19.08.2013, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso III, alínea “c”, item 1).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º), e considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

Alternativamente, permitiu que a estimativa inicial de aplicação por UF observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29% (art. 5º, § 3º). Neste caso, a estimativa de aplicação por UF deve ser reprogramada até 31 de outubro de 2014, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2014, bem como as operações em fase final de contratação nesta data (art. 5º, § 4º, inciso I). E os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, devem envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de 15% de aplicação por UF (art. 5º, § 4º, inciso II).

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2014, por UF e Setor, feitas com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados o mínimo de 15% dos recursos previstos para aplicação em cada UF e os percentuais definidos pelas próprias UF para os setores empresarial e rural:

Quadro 3: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		R\$ Mil
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Região
									Valor
Empresarial	754.092		719.364		570.530		719.364		2.763.350
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	188.523		719.364		570.530		719.364		2.197.781
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	942.615		1.438.728		1.141.060		1.438.728		4.961.132
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2014 e Relatório de Gestão do BB.

Os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condell/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

5.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2014 foram alocados por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condell/Sudeco e, ainda, os percentuais de alocação por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Quadro 4: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

						R\$ Mil
Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	384.587	366.876	290.970	366.876	1.409.309	28,4
Industrial	45.965	125.985	123.662	91.719	387.331	
Infraestrutura	45.965	28.726	14.549	30.561	119.801	
Turismo	45.965	28.726	29.097	61.158	164.946	
Comércio e Serviços	246.692	183.438	123.662	183.438	737.230	
FCO Rural	96.147	366.876	290.970	366.876	1.120.869	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	94.262	220.125	114.119	337.049	765.554	
Demais Rurais	1.885	146.750	176.852	29.827	355.314	
Subtotal	480.734	733.751	581.941	733.751	2.530.177	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	369.505	352.488	279.560	352.488	1.354.042	27,3
Industrial	44.162	113.466	118.813	102.821	379.262	
Infraestrutura	44.162	31.407	13.978	29.362	118.909	
Turismo	44.162	31.371	27.956	44.061	147.551	
Comércio e Serviços	237.018	176.244	118.813	176.244	708.319	
FCO Rural	92.376	352.488	279.560	352.488	1.076.913	21,7
Subtotal	461.881	704.977	559.120	704.977	2.430.955	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	754.092	719.364	570.530	719.364	2.763.350	55,7
Industrial	90.127	239.451	242.475	194.540	766.593	
Infraestrutura	90.127	60.133	28.527	59.923	238.710	
Turismo	90.127	60.098	57.053	105.219	312.497	
Comércio e Serviços	483.710	359.682	242.475	359.682	1.445.550	
FCO Rural	188.523	719.364	570.530	719.364	2.197.781	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	94.262	220.125	114.119	337.049	765.554	
Demais Rurais	94.262	499.239	456.412	382.315	1.432.227	
Total	942.615	1.438.728	1.141.060	1.438.728	4.961.132	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2014 e Relatório de Gestão do BB.

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2014

6.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2014

De acordo com o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2014, o montante de recursos previstos para aplicação no período era de R\$ 2.311,7 milhões:

Quadro 5: Recursos previstos para o 1º Semestre de 2014

		R\$ Milhões
Origem		Valor
Repasses do Tesouro Nacional		1.103,0
Retornos de financiamentos		1.478,0
Resultado operacional		68,4
Disponibilidades ao final do exercício anterior		137,7
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores		(475,5)
Total		2.311,7

Fonte: Banco do Brasil S.A.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

6.2. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações, no 1º semestre de 2014, por UF e Setor:

Quadro 6: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2014 por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	351.379		335.197		265.846		335.197		1.287.618
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	87.845		335.197		265.846		335.197		1.024.084
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	439.223		670.393		531.691		670.393		2.311.701
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco do Brasil S.A.

6.3. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2014 também foram alocados por UF, setor, porte de beneficiário e linha de financiamento, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 7: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2014 por UF, Porte, Setor e Linha

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores										
FCO Empresarial	179.203		170.950		135.581		170.950		656.685	28,4
Industrial	43.990		75.084		43.250		25.643		187.967	
Infraestrutura	47.280		17.095		9.572		25.643		99.590	
Turismo	43.990		17.095		9.897		51.285		122.268	
Comércio e Serviços	43.943		61.676		72.861		68.380		246.861	
FCO Rural	44.801		170.950		135.581		170.950		522.283	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	43.922		102.570		53.169		157.044		356.706	
Demais Rurais	878		68.380		82.412		13.906		165.577	
Subtotal	224.004		341.901		271.163		341.901		1.178.968	51,0
Médios e Grandes Tomadores										
FCO Empresarial	172.176		164.246		130.264		164.246		630.933	27,3
Industrial	40.497		59.129		81.155		32.849		213.629	
Infraestrutura	47.280		16.358		8.597		32.849		105.085	
Turismo	40.497		16.358		7.035		32.849		96.739	
Comércio e Serviços	43.902		72.402		33.477		65.699		215.480	
FCO Rural	43.044		164.246		130.264		164.246		501.801	21,7
Subtotal	215.219		328.493		260.529		328.493		1.132.734	49,0
Resumo Geral										
FCO Empresarial	351.379		335.197		265.846		335.197		1.287.618	55,7
Industrial	84.487		134.213		124.405		58.492		401.596	
Infraestrutura	94.561		33.453		18.169		58.492		204.675	
Turismo	84.487		33.453		16.933		84.134		219.006	
Comércio e Serviços	87.845		134.079		106.338		134.079		462.340	
FCO Rural	87.845		335.197		265.846		335.197		1.024.084	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	43.922		102.570		53.169		157.044		356.706	
Demais Rurais	43.922		232.627		212.677		178.152		667.378	
Total	439.223		670.393		531.691		670.393		2.311.701	100,0

Fonte: Banco do Brasil S.A.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2014

7.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2014 (R\$ 2.541,7 milhões) representou 109,9% do montante previsto (R\$ 2.311,7 milhões), conforme quadro a seguir:

Quadro 8: Orçamento - Previsto X Realizado no 1º Semestre de 2014

R\$ Milhões

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)
Repasse do Tesouro Nacional	1.103,0	1.089,4	98,8
Retornos de financiamentos	1.478,0	1.755,0	118,7
Resultado operacional	68,4	(6,4)	(9,4)
Disponibilidades ao final do exercício anterior	137,7	137,7	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(475,5)	(434,0)	91,3
Total	2.311,7	2.541,7	109,9

Posição: 30.06.2014.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7.2. Alocação do orçamento realizado por UF e Setor

O quadro a seguir apresenta a alocação do orçamento realizado no 1º semestre de 2014 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2014:

Quadro 9: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

R\$ Mil

Setor	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	386.338	368.546	292.295	368.546	1.415.727
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	96.585	368.546	292.295	368.546	1.125.973
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	482.923	737.093	584.591	737.093	2.541.699
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2014

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2014 atingiram R\$ 2.441,1 milhões, o que corresponde a 105,6% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.311,7 milhões), e a 96,0% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.541,7 milhões):

Quadro 10: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

R\$ Milhões

Setor	Orçamento Previsto (a)	Orçamento Realizado (b)	Contratações (c)	%	%	% Contratações X Totais	
						Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)
Empresarial	1.287,6	1.415,7	1.058,3	82,2	74,8	45,8	41,6
Rural	1.024,1	1.126,0	1.382,8	135,0	122,8	59,8	54,4
Total	2.311,7	2.541,7	2.441,1	105,6	96,0	105,6	96,0
	(d)	(e)					

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 2.441,1 milhões aplicados no semestre beneficiaram diretamente as populações de 461 localidades, correspondentes a 98,7% do total dos municípios da Região (467)¹.

8.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2014 (R\$ 2.441,1 milhões), R\$ 298,7 milhões (12,2%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 824,8 milhões (33,8%) o Estado de Goiás; R\$ 516,9 milhões (21,2%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 800,8 milhões (32,8%) o Estado de Mato Grosso:

Quadro 11: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	892	221.374	1.245	378.633	865	137.171	785	321.141	3.787	1.058.319
Industrial	95	31.418	248	98.869	111	16.106	123	111.069	577	257.462
Infraestrutura	9	1.507	30	54.502	7	6.206	5	1.377	51	63.593
Turismo	56	19.249	68	57.749	64	14.026	33	53.188	221	144.212
Comércio e Serviços	732	169.201	899	167.512	683	100.833	624	155.506	2.938	593.052
Rural	380	77.347	3.477	446.123	2.662	379.727	2.768	479.631	9.287	1.382.828
Pronaf-RA	22	440	123	1.453	812	13.146	168	2.978	1.125	18.017
Pronaf Demais	43	1.927	1.338	64.821	574	20.806	1.562	108.248	3.517	195.802
Demais Rurais	315	74.980	2.016	379.848	1.276	345.775	1.038	368.404	4.645	1.169.008
Total	1.272	298.722	4.722	824.755	3.527	516.899	3.553	800.772	13.074	2.441.147

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, em relação ao 1º semestre de 2013, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (-46,0%), quanto no volume de recursos aplicados (-13,6%). No 1º semestre de 2013, foram contratadas 24.200 operações, no montante de R\$ 2.826,7 milhões. Já no 1º semestre de 2014, foram contratadas 13.074 operações, no montante de R\$ 2.441,1 milhões:

Quadro 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 1º Sem. de 2013 x 1º Sem. de 2014

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2013		1º Semestre de 2014		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	14.279	1.702.373	3.787	1.058.319	(73,5)	(37,8)
Industrial	2.287	606.275	577	257.462	(74,8)	(57,5)
Infraestrutura	23	10.061	51	63.593	121,7	532,1
Turismo	847	134.145	221	144.212	(73,9)	7,5
Comércio e Serviços	11.122	951.892	2.938	593.052	(73,6)	(37,7)
Rural	9.921	1.124.349	9.287	1.382.828	(6,4)	23,0
Pronaf-RA	462	5.385	1.125	18.017	143,5	234,6
Pronaf Demais	6.027	137.168	3.517	195.802	(41,6)	42,7
Demais Rurais	3.432	981.796	4.645	1.169.008	35,3	19,1
Total	24.200	2.826.722	13.074	2.441.147	(46,0)	(13,6)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Quanto aos **volumes** contratados, pode-se afirmar que as aplicações do FCO tiveram um bom desempenho no 1º semestre de 2014, pois foram superiores ao orçamento previsto e se aproximaram do orçamento realizado (105,6% e 96,0% respectivamente), e só não superaram as do 1º semestre de 2013 devido à inexistência de disponibilidades financeira e orçamentária em

¹ Fonte: Caderno de Informações Gerenciais, posição de junho/2014, formulado pelo Banco Administrador.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

algumas Unidades Federativas, Programas/Linhas, Finalidades e/ou Setores, tais como o setor rural dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Isso porque, em 31.12.2013, restaram R\$ 137,8 milhões de disponibilidades, dos quais R\$ 1.156,5 milhões ficaram comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas até aquela data, de forma que a disponibilidade orçamentária encerrou o exercício em R\$ 1.018,7 milhões negativos.

Além disso, o ritmo das contratações no 1º semestre de 2014, resultante da redução das taxas de juros e da intensificação das ações de divulgação (Seminários FCO Itinerante), contribuiu para a utilização da quase totalidade dos recursos distribuídos no período.

Quanto às **quantidades** contratadas, tem sido observados decréscimos nos primeiros semestres dos últimos três exercícios. A quantidade caiu de 39.428 no 1º semestre de 2012 para 24.200 no 1º semestre de 2013 (-38,6%) e para 13.074 no 1º semestre de 2014 (-66,8% em relação ao 1º semestre de 2012 e -46,0% em relação ao 1º semestre de 2013), resultando numa menor pulverização do crédito e, conseqüentemente, na elevação do valor médio contratado, conforme quadro a seguir:

Quadro 13: Contratações por Macrossetor
Comparativo do 1º Semestre dos últimos 3 exercícios (2012 a 2014)

1º Semestre	Empresarial			Rural			Total		
	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)
2012	14.590	1.300.772	89	24.838	1.709.800	69	39.428	3.010.572	76
2013	14.279	1.702.373	119	9.921	1.124.349	113	24.200	2.826.722	117
2014	3.787	1.058.319	279	9.287	1.382.828	149	13.074	2.441.147	187

Fonte: Relatórios de Gestão do BB.

Por essa razão, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para incrementar a quantidade de operações formalizadas, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos em vigor.

8.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2014 (R\$ 298,7 milhões) tiveram decréscimo de 33,9% em relação ao 1º semestre de 2013 (R\$ 452,1 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Quadro 14: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 1º Sem. de 2013 x 1º Sem. de 2014

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2013		1º Semestre de 2014		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.852	406.820	892	221.374	(68,7)	(45,6)
Industrial	348	46.818	95	31.418	(72,7)	(32,9)
Infraestrutura	3	640	9	1.507	200,0	135,4
Turismo	264	88.793	56	19.249	(78,8)	(78,3)
Comércio e Serviços	2.237	270.568	732	169.201	(67,3)	(37,5)
Rural	347	45.281	380	77.347	9,5	70,8
Pronaf-RA	3	15	22	440	633,3	2.844,5
Pronaf Demais	160	2.939	43	1.927	(73,1)	(34,4)
Demais Rurais	184	42.327	315	74.980	71,2	77,1
Total	3.199	452.101	1.272	298.722	(60,2)	(33,9)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Ademais, o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1º semestre de 2014 (R\$ 298,7 milhões) representou 68,0% do seu orçamento previsto (R\$ 439,2 milhões – Quadro 6), 61,9% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 482,9 milhões – Quadro 9) e 12,2% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões – Quadro 11).

8.1.2. Contratações no Estado de GO

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2014 atingiram R\$ 824,8 milhões, montante 23,4% inferior ao observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 1.076,2 milhões):

Quadro 15: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 1º Sem. de 2013 x 1º Sem. de 2014

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2013		1º Semestre de 2014		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	4.882	689.583	1.245	378.633	(74,5)	(45,1)
Industrial	1.131	434.091	248	98.869	(78,1)	(77,2)
Infraestrutura	10	7.961	30	54.502	200,0	584,6
Turismo	214	21.363	68	57.749	(68,2)	170,3
Comércio e Serviços	3.527	226.167	899	167.512	(74,5)	(25,9)
Rural	4.483	386.650	3.477	446.123	(22,4)	15,4
Pronaf-RA	146	1.658	123	1.453	(15,8)	(12,4)
Pronaf Demais	2.852	53.736	1.338	64.821	(53,1)	20,6
Demais Rurais	1.485	331.256	2.016	379.848	35,8	14,7
Total	9.365	1.076.233	4.722	824.755	(49,6)	(23,4)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1º semestre de 2014 (R\$ 824,8 milhões) representou 123,0% do seu orçamento previsto (R\$ 670,4 milhões – Quadro 6), 111,9% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 737,1 milhões – Quadro 9) e 33,8% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões – Quadro 11).

De acordo com a Nota 4 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2014, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO devem aplicar nos municípios do Nordeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

De acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D'Aliança, Simolândia, Sítio D'Abadia e Teresina de Goiás.

O montante de recursos contratados no Nordeste Goiano durante o 1º semestre de 2014 (R\$ 30,9 milhões) representou 46,1% do montante reservado no semestre ao referido espaço (R\$ 67,0 milhões) e 4,6% dos recursos previstos para aplicação no semestre em Goiás (R\$ 670,4 milhões). Representou, ainda, 21,5% do montante reservado no exercício ao referido espaço (R\$ 143,9 milhões) e 2,1% dos recursos previstos para aplicação no exercício em Goiás (R\$ 1.438,7 milhões), percentual este (2,1%) inferior ao definido pelo Condel/Sudeco (10,0%):

Quadro 16: Contratações por Município do Nordeste Goiano no 1º Sem. de 2014
Comparativo Recursos Previstos x Contratações

Município	Recursos previstos para aplicação no exercício de 2014 em Goiás	Recursos previstos para aplicação em 2014 no Nordeste Goiano	Recursos previstos para aplicação no 1º Sem. de 2014 em Goiás	Recursos previstos para aplicação no 1º Sem. de 2014 no Nordeste Goiano	R\$ Mil Contratações	
					Qtde.	Valor
Alto Paraíso de Goiás					13	1.301
Alvorada do Norte					5	1.773
Buritinópolis					4	198
Campos Belos					24	2.587
Cavalcante					56	2.485
Colinas do Sul					17	661
Damianópolis					6	384
Divinópolis de Goiás					15	855
Flores de Goiás					11	5.977
Guarani de Goiás					15	472
Iaciara					20	4.330
Mambaí					3	546
Monte Alegre de Goiás					39	3.149
Nova Roma					3	110
Posse					18	929
São Domingos					15	2.917
São João D'Aliança					6	567
Simolândia					7	784
Sítio D'Abadia					6	637
Teresina de Goiás					4	219
Total	1.438.728	143.873	670.393	67.039	287	30.881

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.1.3. Contratações no Estado de MS

Em Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2014 atingiram R\$ 516,9 milhões, montante 17,6% inferior ao observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 627,0 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Quadro 17: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 1º Sem. de 2013 x 1º Sem. de 2014

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2013		1º Semestre de 2014		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.039	262.896	865	137.171	(71,5)	(47,8)
Industrial	352	56.285	111	16.106	(68,5)	(71,4)
Infraestrutura	3	492	7	6.206	133,3	1.160,9
Turismo	190	10.651	64	14.026	(66,3)	31,7
Comércio e Serviços	2.494	195.468	683	100.833	(72,6)	(48,4)
Rural	2.444	364.103	2.662	379.727	8,9	4,3
Pronaf-RA	265	3.395	812	13.146	206,4	287,2
Pronaf Demais	1.033	23.688	574	20.806	(44,4)	(12,2)
Demais Rurais	1.146	337.021	1.276	345.775	11,3	2,6
Total	5.483	626.999	3.527	516.899	(35,7)	(17,6)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1º semestre de 2014 (R\$ 516,9 milhões) representou 97,2% do seu orçamento previsto (R\$ 531,7 milhões – Quadro 6), 88,4% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 584,6 milhões – Quadro 9) e 21,2% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões – Quadro 11).

8.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2014 atingiram R\$ 800,8 milhões, montante 19,3% superior ao observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 671,4 milhões):

Quadro 18: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT
Comparativo 1º Sem. de 2013 x 1º Sem. de 2014

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2013		1º Semestre de 2014		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.506	343.074	785	321.141	(77,6)	(6,4)
Industrial	456	69.080	123	111.069	(73,0)	60,8
Infraestrutura	7	968	5	1.377	(28,6)	42,2
Turismo	179	13.337	33	53.188	(81,6)	298,8
Comércio e Serviços	2.864	259.688	624	155.506	(78,2)	(40,1)
Rural	2.647	328.314	2.768	479.631	4,6	46,1
Pronaf-RA	48	317	168	2.978	250,0	838,6
Pronaf Demais	1.982	56.805	1.562	108.248	(21,2)	90,6
Demais Rurais	617	271.192	1.038	368.404	68,2	35,8
Total	6.153	671.389	3.553	800.772	(42,3)	19,3

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2014 (R\$ 800,8 milhões) representou 119,5% do seu orçamento previsto (R\$ 670,4 milhões – Quadro 6), 108,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 737,1 milhões – Quadro 9) e 32,8% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões – Quadro 11).

8.2. Contratações por Porte

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condel/Sudeco. Para o exercício de 2014, os parâmetros aprovados no âmbito da Programação do Fundo são os seguintes:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Quadro 19: Classificação Quanto ao Porte vigente em 2014

Beneficiários	Setor	Faturamento Bruto Anual / Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	até R\$ 60 mil
Micro/Mini	Empresarial	até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e Programação do FCO para 2014.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2014 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

8.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

No 1º semestre de 2014, as contratações com tomadores de menor porte (empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores) atingiram o montante de R\$ 1.768,7 milhões, o que representa 72,5% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões):

Quadro 20: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores										
Empresarial	137.833	46,1	221.484	26,9	125.678	24,3	147.329	18,4	632.323	25,9
Industrial	18.355	6,1	43.492	5,3	15.392	3,0	24.316	3,0	101.556	4,2
Infraestrutura	1.507	0,5	10.465	1,3	5.849	1,1	1.377	0,2	19.198	0,8
Turismo	11.249	3,8	29.439	3,6	14.026	2,7	15.963	2,0	70.676	2,9
Comércio e Serviços	106.722	35,7	138.087	16,7	90.411	17,5	105.673	13,2	440.893	18,1
Rural	67.097	22,5	389.708	47,3	292.134	56,5	387.393	48,4	1.136.333	46,5
Pronaf-RA e Pronaf Demais	2.367	0,8	66.274	8,0	33.952	6,6	111.226	13,9	213.820	8,8
Demais Rurais	64.730	21,7	323.434	39,2	258.182	49,9	276.167	34,5	922.513	37,8
Subtotal	204.930	68,6	611.192	74,1	417.813	80,8	534.722	66,8	1.768.656	72,5

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Médios e Grandes Tomadores										
Empresarial	83.541	28,0	157.149	19,1	11.493	2,2	173.812	21,7	425.996	17,5
Industrial	13.063	4,4	55.377	6,7	714	0,1	86.753	10,8	155.906	6,4
Infraestrutura	-	-	44.037	5,3	357	0,1	-	-	44.394	1,8
Turismo	8.000	2,7	28.310	3,4	-	-	37.226	4,6	73.535	3,0
Comércio e Serviços	62.479	20,9	29.425	3,6	10.422	2,0	49.834	6,2	152.160	6,2
Rural	10.250	3,4	56.414	6,8	87.593	16,9	92.237	11,5	246.495	10,1
Subtotal	93.792	31,4	213.563	25,9	99.086	19,2	266.050	33,2	672.491	27,5

Resumo Geral										
Empresarial	221.374	74,1	378.633	45,9	137.171	26,5	321.141	40,1	1.058.319	43,4
Industrial	31.418	10,5	98.869	12,0	16.106	3,1	111.069	13,9	257.462	10,5
Infraestrutura	1.507	0,5	54.502	6,6	6.206	1,2	1.377	0,2	63.593	2,6
Turismo	19.249	6,4	57.749	7,0	14.026	2,7	53.188	6,6	144.212	5,9
Comércio e Serviços	169.201	56,6	167.512	20,3	100.833	19,5	155.506	19,4	593.052	24,3
Rural	77.347	25,9	446.123	54,1	379.727	73,5	479.631	59,9	1.382.828	56,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	2.367	0,8	66.274	8,0	33.952	6,6	111.226	13,9	213.820	8,8
Demais Rurais	74.980	25,1	379.848	46,1	345.775	66,9	368.404	46,0	1.169.008	47,9
Total	298.722	100,0	824.755	100,0	516.899	100,0	800.772	100,0	2.441.147	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Desse montante de R\$ 1.768,7 milhões, R\$ 1.318,6 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 450,1 milhões pequeno-médios tomadores (54,0% e 18,4%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.441,1 milhões).

Observa-se, portanto, que os percentuais mínimos de contratação junto ao público de menor porte (metas: 51,0% e 30,0%) foram superados (resultados: 72,5% e 54,0%).

Verifica-se, ainda, que em todas as Unidades Federativas a meta de 51,0% de contratações junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores – receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões) foi superada: 68,6% no DF; 74,1% em GO; 80,8% em MS; e 66,8% em MT. Destacou-se o Estado de Mato Grosso do Sul com 80,8% de contratações junto ao público de menor porte.

8.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2014, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 672,5 milhões, o que representa 27,5% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões).

Desses R\$ 672,5 milhões, R\$ 343,5 milhões (51,1%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 329,0 milhões (48,9%) a médios tomadores (14,1% e 13,5%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.441,1 milhões).

8.3. Contratações por Setor

8.3.1. Contratações com o setor empresarial

No 1º semestre de 2014, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 1.058,3 milhões, correspondentes a 82,2% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.287,6 milhões – Quadro 6), 74,8% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.415,7 milhões – Quadro 9) e 43,4% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões – Quadro 11).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2014 junto ao setor empresarial (R\$ 1.058,3 milhões) correspondeu a 45,8% do previsto (R\$ 2.311,7 milhões) e a 41,6% do realizado (R\$ 2.541,7 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2013, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (-73,5%) quanto no volume de recursos aplicados (-37,8%). No 1º semestre de 2013, foram contratadas 14.279 operações, no montante de R\$ 1.702,4 milhões. Já no 1º semestre de 2014, foram contratadas 3.787 operações, no total de R\$ 1.058,3 milhões.

À vista dos resultados observados, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para incrementar as contratações junto ao setor empresarial e atingir as estimativas estabelecidas pelo Condel.

8.3.2. Contratações com o setor rural

No 1º semestre de 2014, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 1.382,8 milhões, correspondentes a 135,0% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.024,1 milhões – Quadro 6), 122,8% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.126,0 milhões – Quadro 9) e 56,6% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões – Quadro 11).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2014 junto ao setor rural (R\$ 1.382,8 milhões) correspondeu a 59,8% do previsto (R\$ 2.311,7 milhões) e a 54,4% do realizado (R\$ 2.541,7 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2013, houve decréscimo na quantidade de operações realizadas (-6,4%) e acréscimo no volume de recursos aplicados (23,0%). No 1º semestre de 2013, foram contratadas 9.921 operações, no montante de R\$ 1.124,3 milhões, ao passo que no 1º semestre de 2014 foram contratadas 9.287 operações, no volume de R\$ 1.382,8 milhões.

8.4. Contratações por Linha de Financiamento

Quadro 21: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	892	221.374	1.245	378.633	865	137.171	785	321.141	3.787	1.058.319
Industrial	95	31.418	248	98.869	111	16.106	123	111.069	577	257.462
Infraestrutura	9	1.507	30	54.502	7	6.206	5	1.377	51	63.593
Turismo	56	19.249	68	57.749	64	14.026	33	53.188	221	144.212
Comércio e Serviços	732	169.201	899	167.512	683	100.833	624	155.506	2.938	593.052
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Rural	380	77.347	3.477	446.123	2.662	379.727	2.768	479.631	9.287	1.382.828
Des. Rural	303	71.449	1.997	349.067	1.226	260.321	999	305.009	4.525	985.846
Agropecuária Irrigada	-	-	2	570	-	-	1	1.691	3	2.261
Convir	-	-	4	11.162	4	27.600	3	18.059	11	56.821
ABC-Conservação da Natureza	9	2.564	12	18.978	32	51.808	23	37.605	76	110.956
ABC-ILPF	2	817	-	-	4	2.966	4	4.094	10	7.877
Ret. Matrizes	-	-	-	-	7	2.329	7	1.848	14	4.176
Proaqua	1	150	1	71	1	450	1	99	4	769
Pescart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	2	301	-	-	2	301
Pronaf-RA	22	440	123	1.453	812	13.146	168	2.978	1.125	18.017
Pronaf Demais	43	1.927	1.338	64.821	574	20.806	1.562	108.248	3.517	195.802
Total	1.272	298.722	4.722	824.755	3.527	516.899	3.553	800.772	13.074	2.441.147

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2014, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 257,5 milhões, representando 33,6% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 766,6 milhões) no exercício, bem como 24,3% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.058,3 milhões) e 10,5% do volume aplicado na Região (R\$ 2.441,1 milhões) no período.

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R\$ 593,0 milhões, representando 41,0% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 1.445,5 milhões) no exercício, bem como 56,0% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.058,3 milhões) e 24,3% do volume aplicado na Região (R\$ 2.441,1 milhões) no período.

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R\$ 63,6 milhões e R\$ 144,2 milhões, correspondentes a 26,6% e 46,1% dos recursos previstos para as Linhas (R\$ 238,7 milhões e R\$ 312,5 milhões, respectivamente). No âmbito da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, não foram registradas operações em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 195,8 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 18,0 milhões.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural – *Desenvolvimento Rural; Agropecuária Irrigada; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira* – absorveram R\$ 1.169,0 milhões, o que representa 84,5% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 1.382,8 milhões) e 47,9% do total aplicado na Região (R\$ 2.441,1 milhões).

No 1º semestre de 2014, não foram registradas:

- operações nas Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE; e
- operações na Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

8.4.1. Contratações com o setor comercial e de serviços

Segundo a Nota 2 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013, a assistência aos setores comercial e de serviços está limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região.

No 1º semestre de 2014, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 593,0 milhões, correspondentes a 56,0% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.058,3 milhões), a 24,3% do volume aplicado na Região (R\$ 2.441,1 milhões) e a 39,8% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.488,3 milhões):

Quadro 22: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

	R\$ Mil				
	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício (a)	942.615	1.438.728	1.141.060	1.438.728	4.961.132
Limite para Com. e Serv. no exercício (b)	483.710	359.682	285.265	359.682	1.488.340
Contratado no 1º Sem. de 2014 (c)	169.201	167.512	100.833	155.506	593.052
% de Atingimento (c/b)	35,0	46,6	35,3	43,2	39,8
Contratado no 1º Sem. de 2014 junto ao setor de serviços de saúde (d)	32.020	16.574	4.024	7.392	60.011
% de Atingimento (d/b)	6,6	4,6	1,4	2,1	4,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Ainda de acordo com a referida Nota, a assistência ao setor de saúde é de, no mínimo, 20% dos recursos previstos em cada Unidade Federativa para os setores comercial e de serviços.

No 1º semestre de 2014, R\$ 60,0 milhões beneficiaram o setor de saúde, sendo R\$ 32,0 milhões no DF, R\$ 16,6 milhões em GO, R\$ 4,0 milhões em MS e R\$ 7,4 milhões em MT, o que corresponde a 4,0% dos recursos previstos no exercício para comércio e serviços (R\$ 1.488,3 milhões).

8.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

De acordo com a Programação do FCO para 2014², a assistência aos empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, está limitada, em cada Unidade Federativa, a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 4.961.132 mil), em cada Unidade Federativa:

² Nota 3 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2014.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Quadro 23: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

R\$ Mil

UF	Limite ⁽¹⁾	Teto ⁽²⁾	Limite/Teto a ser observado no exercício ⁽³⁾					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	510.010	282.785	282.785	100	56.557	20	226.228	80
GO	1.792.158	431.618	431.618	100	215.809	50	215.809	50
MS	1.196.663	342.318	342.318	100	171.159	50	171.159	50
MT	1.502.225	431.618	431.618	100	215.809	50	215.809	50
Total	5.001.056	1.488.340	1.488.340		659.334		829.005	

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 4.961.132 mil), em cada UF.

⁽³⁾ Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Fonte: Programação do FCO para 2014 e Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2014, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 17,5 milhões, consumindo 2,7% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 9,3 milhões, correspondentes a 1,1% do limite/teto respectivo:

Quadro 24: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

R\$ Mil

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	56.557	14.980	26,5	226.228	200	0,1
GO	215.809	1.249	0,6	215.809	364	0,2
MS	171.159	954	0,6	171.159	2.966	1,7
MT	215.809	365	0,2	215.809	5.785	2,7
Total	659.334	17.548	2,7	829.005	9.315	1,1

Fonte: Programação do FCO para 2014 e Relatório de Gestão do BB.

8.6. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com a Portaria n.º 379, de 15.08.2013, publicada no DOU de 19.08.2013, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

8.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R\$ 397,1 milhões no 1º semestre de 2014, o que representa 41,0% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2014 (R\$ 967,4 milhões).

8.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 77 municípios do Estado de Goiás que integram a Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 228,1 milhões, o que representa 60,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2014 (R\$ 377,0 milhões).

8.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 747,1 milhões e R\$ 506,0 milhões, correspondentes a 30,6% e 20,7% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.253,1 milhões, o que representa 45,0% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2014 (R\$ 2.783,1 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.188,1 milhões, correspondentes a 48,7% do total contratado na Região.

O Distrito Federal e os Estados de Goiás e Mato Grosso concentraram as aplicações em municípios de alta renda (68,8%, 66,1% e 41,3% respectivamente) e o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (65,1%):

Quadro 25: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	812	205.477	2.396	545.149	956	106.700	892	330.747	5.056	1.188.072
%	63,8	68,8	50,7	66,1	27,1	20,6	25,1	41,3	38,7	48,7
Dinâmica	-	-	876	120.035	822	73.513	1.625	312.409	3.323	505.956
%	-	-	18,6	14,6	23,3	14,2	45,7	39,0	25,4	20,7
Estagnada	460	93.245	1.450	159.572	1.749	336.686	1.036	157.616	4.695	747.118
%	36,2	31,2	30,7	19,3	49,6	65,1	29,2	19,7	35,9	30,6
Total	1.272	298.722	4.722	824.755	3.527	516.899	3.553	800.772	13.074	2.441.147
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cumprir registrar que os recursos alocados para o Distrito Federal são aplicados não só no DF mas também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Assim, das 1.272 operações formalizadas com recursos do DF, 812 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 460 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

8.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE, foram formalizadas 1.272 operações no montante de R\$ 298,7 milhões, sendo 812 operações no valor de R\$ 205,5 milhões no DF e 460 operações no valor de R\$ 93,2 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 93,2 milhões) representa 81,7% do previsto para aplicação no referido espaço em 2014 (R\$ 114,1 milhões).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

8.7. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2014, foram formalizadas 4.787 operações com novos beneficiários, absorvendo R\$ 853,3 milhões. Esses números representam 36,6% do total de contratos formalizados (13.074) e 35,0% do total de recursos aplicados (R\$ 2.441,1 milhões), no período:

Quadro 26: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EI	8	60	6	805	19	415	4	43	37	1.324
Mini/Micro	84	4.489	334	27.947	158	11.830	127	15.068	703	59.334
Pequeno	407	68.022	1.036	133.109	1.181	88.926	1.019	119.904	3.643	409.960
Pequeno-Médio	36	16.011	91	38.651	27	27.222	36	30.506	190	112.389
Médio	31	22.376	67	52.309	49	27.522	39	54.146	186	156.353
Grande	3	24.153	11	49.708	7	19.132	7	20.969	28	113.962
Total	569	135.112	1.545	302.529	1.441	175.046	1.232	240.635	4.787	853.322

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.8. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a saber:

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

No 1º semestre de 2014, essas instituições aplicaram R\$ 83,7 milhões, o que representa incremento de 151,4% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 33,3 milhões), bem como representa 24,1% da estimativa de repasse de recursos a essas instituições em 2014 (R\$ 347,3 milhões):

Quadro 27: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

R\$ mil

	Bancoob		BRB		GO Fomento		Sicredi		BRDE		MT Fomento		Total	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1	663	32	6.461	10	3.008	63	9.509	2	450	14	924	122	21.016
Industrial	1	663	-	-	5	1.824	7	1.451	-	-	-	-	13	3.938
Infraestrutura	-	-	-	-	1	431	-	-	-	-	-	-	1	431
Turismo	-	-	-	-	3	672	-	-	-	-	-	-	3	672
Comércio e Serviços	-	-	32	6.461	1	81	56	8.058	2	450	14	924	105	15.975
Rural	18	4.146	28	12.781	5	1.375	184	30.555	15	13.873	-	-	250	62.730
Total	19	4.809	60	19.242	15	4.383	247	40.064	17	14.323	14	924	372	83.745

Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	14	3.309	36	7.888	10	2.918	111	20.897	4	1.491	14	924	189	37.427
Dinâmica	3	1.100	-	-	1	300	84	9.535	4	6.993	-	-	92	17.928
Estagnada	2	400	24	11.354	4	1.165	52	9.632	9	5.839	-	-	91	28.390
Total	19	4.809	60	19.242	15	4.383	247	40.064	17	14.323	14	924	372	83.745

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Pequeno-Médio	-	-	13	6.540	-	-	13	2.483	-	-	-	-	26	9.023
Pequeno	10	3.659	47	12.702	11	3.589	139	27.989	15	13.873	-	-	222	61.812
Mini/Micro	9	1.149	-	-	4	794	93	9.459	2	450	14	924	122	12.777
EI	-	-	-	-	-	-	2	133	-	-	-	-	2	133
Total	19	4.809	60	19.242	15	4.383	247	40.064	17	14.323	14	924	372	83.745

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, até 2012, as instituições operadoras do repasse atuavam apenas com mini, micro e pequenos tomadores (beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões). A partir de 2013, passaram a atuar também com pequeno-médios (beneficiários com faturamento acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões), respeitados, no entanto, os seguintes critérios/percentuais: no mínimo, 58,9% (30,0%/51,0%) com mini, micro e pequenos tomadores e, no máximo, 41,2% (21,0%/51,0%) com pequeno-médios³.

Ademais, a estimativa de repasse de recursos a essas instituições é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitado o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador para cada uma delas⁴, o que corresponde, em 2014, a 7,0% de R\$ 4.961,1 milhões, ou seja, a R\$ 347,3 milhões.

Dos R\$ 83,7 milhões aplicados pelas instituições operadoras do repasse, R\$ 74,7 milhões (89,2%) beneficiaram empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 9,0 milhões (10,8%) atenderam pequeno-médios tomadores. Não foram registradas operações com pequeno-médios tomadores.

Além disso, R\$ 46,3 milhões (55,3%) beneficiaram municípios de economia estagnada e dinâmica e R\$ 37,4 milhões (44,7%) contemplaram municípios de alta renda.

8.9. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2014, das 16.074 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 4.041,4 milhões, 13.074 no valor de R\$ 2.441,1 milhões foram contratadas e 3.000 no valor de R\$ 1.600,3 milhões não foram:

Quadro 28: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Contratadas	1.272	298.722	4.722	824.755	3.527	516.899	3.553	800.772	13.074	2.441.147
Não contratadas	358	130.952	1.262	581.538	467	168.383	913	719.389	3.000	1.600.261
Total	1.630	429.673	5.984	1.406.293	3.994	685.281	4.466	1.520.160	16.074	4.041.408

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O Banco do Brasil controla os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados no quadro a seguir:

³ Nota 6 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2014.

⁴ Nota 7 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2014.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Quadro 29: Situação da Demanda - Propostas não atendidas por motivo

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Carta-consulta em análise	115	63.756	203	193.344	81	37.627	150	79.077	549	373.803
Projeto em elaboração	64	17.461	213	88.817	94	45.677	186	69.274	557	221.230
Propostas em análise	27	10.853	165	69.757	71	35.950	136	67.084	399	183.643
Pendente de documentação	140	36.618	413	192.510	134	42.211	297	478.634	984	749.974
Em contratação	12	2.264	267	36.312	86	6.918	145	25.320	510	70.813
Indeferidas/canceladas	-	-	1	798	-	-	-	-	1	798
Carta-consulta indeferida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cadastro/limite de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Documentação incompleta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento/desistência do cliente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta/projeto indeferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1	798	-	-	-	-	1	798
Total	358	130.952	1.262	581.538	466	168.383	914	719.389	3.000	1.600.261

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES

O Condel/Sudeco, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 15, de 06.09.2013, publicada no DOU de 16.09.2013, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2014.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2014 encontram-se comentados a seguir:

9.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:

No 1º semestre de 2014, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.318,6 milhões (R\$ 455,2 milhões no setor empresarial e R\$ 863,4 milhões no setor rural), o que representa 57,0% do montante de recursos previstos (R\$ 2.311,7 milhões), 51,9% do orçamento realizado (R\$ 2.541,7 milhões) e 54,0% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões).

Do montante de R\$ 1.318,6 milhões, R\$ 195,8 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e R\$ 18,0 milhões no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária.

Já a quantidade de operações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiu 11.609, o que representa 88,8% da quantidade de operações contratadas no período (13.074).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Quantidade	Valor
11.609	R\$ 1.318,6 milhões

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 255,4 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (97,0 mil diretos e 158,4 mil indiretos), no 1º semestre de 2014.

Se considerado o período de 1989 a junho de 2014, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 5.117,3 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade

Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos
13.074	R\$ 2.441,1 milhões	255.354

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

c) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2014, R\$ 111,0 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 3,4% em relação ao observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 107,4 milhões).

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ 7,9 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 88,1% em relação ao observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 4,2 milhões).

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 86 operações no valor total de R\$ 118,9 milhões.

O Banco do Brasil S.A. destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Modalidade	Quantidade	Valor
1 – Conservação da Natureza	76	R\$ 111,0 milhões
2 – ILPF	10	R\$ 7,9 milhões

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

- d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:**

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

A Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, teve, no 1º semestre de 2014, R\$ 56,8 milhões de recursos aplicados, o que representa incremento de 1.285,4% em relação ao observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 4,1 milhões).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Qtde.	Valor
11	R\$ 56,8 milhões

- e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:**

No 1º semestre de 2014, foram contratados R\$ 144,2 milhões, no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE, o que representa incremento de 7,5% em relação ao observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 134,1 milhões).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Quantidade	Valor
221	R\$ 144,2 milhões

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão que 8 operações foram contratadas em apoio à Copa do Mundo de 2014, no total de R\$ 90,5 milhões.

- f) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):**

- *municípios da Faixa de Fronteira;*
- *municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;*
- *municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e*
- *municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.*

O quadro abaixo apresenta o resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Espaços Prioritários	Qtde.	Valor Contratado no 1º Sem. de 2014	Valor Previsto para 2014	% de Atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	2.479	R\$ 397,1 milhões	R\$ 967,4 milhões	41,0%
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	1.604	R\$ 228,1 milhões	R\$ 377,0 milhões	60,5%
Municípios da RIDE (exceto de MG)	460	R\$ 93,2 milhões	R\$ 114,1 milhões	81,7%
Municípios de Tipologia “Estagnada” e “Dinâmica”	8.018	R\$ 1.253,1 milhões	R\$ 2.783,1 milhões	45,0%

10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

10.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2014, saldo de R\$ 19.681,8 milhões, o que representa incremento de 9,8% em relação ao observado em 30.06.2013 (R\$ 17.932,3 milhões):

Quadro 30: Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

	DF	GO	MS	MT	Região
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores					
FCO Empresarial	636.754	809.005	628.680	717.944	2.792.383
Industrial	114.832	243.645	104.991	180.141	643.609
Infraestrutura	5.620	16.976	18.335	6.541	47.473
Turismo	70.512	92.844	79.094	96.212	338.662
Comércio e Serviços	445.790	455.541	426.260	435.050	1.762.640
FCO Rural	335.574	2.790.680	1.723.488	2.516.723	7.366.464
Pronaf-RA e Pronaf Demais	49.734	787.737	311.352	1.085.225	2.234.049
Demais Rurais	285.839	2.002.943	1.412.136	1.431.497	5.132.415
Subtotal	972.328	3.599.685	2.352.168	3.234.667	10.158.848
Médios e Grandes Tomadores					
FCO Empresarial	453.054	1.547.506	1.080.605	1.538.250	4.619.415
Industrial	59.268	895.301	873.005	656.412	2.483.986
Infraestrutura	109.857	360.689	50.627	604.317	1.125.490
Turismo	79.820	103.369	26.513	60.252	269.953
Comércio e Serviços	204.109	188.147	130.460	217.270	739.986
FCO Rural	216.217	1.634.351	1.319.234	1.733.691	4.903.492
Subtotal	669.271	3.181.857	2.399.838	3.271.941	9.522.907
Resumo Geral					
FCO Empresarial	1.089.808	2.356.511	1.709.285	2.256.194	7.411.798
Industrial	174.101	1.138.946	977.995	836.553	3.127.595
Infraestrutura	115.477	377.665	68.963	610.858	1.172.963
Turismo	150.332	196.212	105.607	156.464	608.615
Comércio e Serviços	649.899	643.688	556.720	652.319	2.502.626
FCO Rural	551.791	4.425.031	3.042.722	4.250.414	12.269.956
Pronaf-RA e Pronaf Demais	49.734	787.737	311.352	1.085.225	2.234.049
Demais Rurais	502.056	3.637.293	2.731.370	3.165.188	10.035.908
Total	1.641.599	6.781.542	4.752.006	6.506.607	19.681.755

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 12.270,0 milhões, o que representa 62,3% do total (R\$ 19.681,8 milhões) e incremento de 9,2% em relação à posição registrada em 30.06.2013 (R\$ 11.237,8 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 7.411,8 milhões, o que representa 37,7% do total (R\$ 19.681,8 milhões) e incremento de 10,7% em relação à posição registrada em 30.06.2013 (R\$ 6.694,5 milhões).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

O saldo de financiamentos com tomadores de menor porte alcançou R\$ 10.158,9 milhões, o que representa 51,6% do saldo total (R\$ 19.681,8 milhões) e 19,6% de incremento em relação ao montante registrado no final do 1º semestre de 2013 (R\$ 8.491,4 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 9.522,9 milhões, correspondentes a 48,4% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 6.781,5 milhões (34,5%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 6.506,6 milhões (33,1%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 4.752,0 milhões (24,1%) e do Distrito Federal com R\$ 1.641,6 milhões (8,3%).

10.2. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

A carteira de financiamentos do Fundo apresenta 4 (quatro) grupamentos de risco operacional:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papa): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera). Cabe destacar que, consoante o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações de crédito rural do Procera foi imputado ao FCO.

O quadro a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco:

Quadro 31: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

R\$ Mil			
Risco Operacional	% de Risco	Saldo	% de Participação
BB	100%	18.974.948	96,4
Compartilhado	50%	14.431	0,1
FCO	100%	606.756	3,1
Procera (*)	100%	85.620	0,4
Total		19.681.755	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

(*) De acordo com o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações rurais do Procera passam a ser do FCO.

10.3. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2014, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 19.681,8 milhões, sendo R\$ 19.491,9 milhões de parcelas vincendas e R\$ 189,9 milhões de parcelas vencidas.

Consequentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 1,0% (índice global) e 0,6% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco).

O quadro a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

Quadro 32: Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos - Índices de Inadimplência
Comparativo 1º Semestre de 2013 x 1º Semestre de 2014

R\$ Mil

UF	1º Semestre de 2013				1º Semestre de 2014			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
DF	1.435.501	18.689	1.454.190	1,3	1.620.675	20.924	1.641.599	1,3
GO	6.365.273	49.286	6.414.559	0,8	6.741.752	39.790	6.781.542	0,6
MS	4.351.172	32.458	4.383.630	0,7	4.716.416	35.590	4.752.006	0,7
MT	5.582.761	97.206	5.679.967	1,7	6.413.101	93.506	6.506.607	1,4
Total	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0

Setor	1º Semestre de 2013				1º Semestre de 2014			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
Empresarial	6.656.269	38.260	6.694.528	0,6	7.361.647	50.151	7.411.798	0,7
Rural	11.078.438	159.378	11.237.816	1,4	12.130.298	139.659	12.269.956	1,1
Total	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0

Risco	1º Semestre de 2013				1º Semestre de 2014			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
BB	17.049.213	83.699	17.132.912	0,5	18.902.075	72.873	18.974.948	0,4
Compartilhado	19.857	386	20.243	1,9	14.407	24	14.431	0,2
FCO	635.995	59.878	695.873	8,6	551.394	55.362	606.756	9,1
Procera (*)	29.642	53.675	83.317	64,4	24.069	61.551	85.620	71,9
Total	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2013 e ao 1º Semestre de 2014.

(*) De acordo com o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações rurais do Procera passam a ser do FCO.

11. AUDITORIA EXTERNA

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deve ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2014 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 25.09.2014, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo com base na regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, conforme Notas Explicativas n.º 2 e 3.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registra que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3 às referidas demonstrações contábeis.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MI E PELA SUDECO

No exercício de suas atribuições, o Ministério da Integração Nacional implementou, no decorrer do 1º semestre de 2014, por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em articulação com outros órgãos e entidades, diversas medidas com o objetivo de aperfeiçoar os normativos existentes, viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e de fomento a projetos de interesse do desenvolvimento regional e melhorar o desempenho do FCO. São elas:

- intensificação das ações de monitoramento do desempenho do FCO, com o acompanhamento mensal dos resultados, de modo a diligenciar o melhor desempenho das carteiras, buscando incorporar conceitos intrínsecos da PNDR na política de aplicação dos recursos, mediante diferenciação na concessão de bônus, participação no financiamento além de outras condições oferecidas;
- revisão dos encargos do FCO para o exercício de 2014, por meio da Resolução CMN/Bacen n.º 4.297, de 30.12.2013, com a redação dada pelas Resoluções CMN/Bacen n.º 4.304, de 20.01.2014, e n.º 4.324, de 25.04.2014);
- autorização para a renegociação de operações de crédito não rural contratadas ao amparo dos recursos do FCO, por meio da Resolução CMN/Bacen n.º 4.314, de 27.03.2014;
- autorização para a renegociação de operações de crédito rural contratadas ao amparo dos recursos do FCO, por meio da Resolução CMN/Bacen n.º 4.315, de 27.03.2014; e

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

- definição dos encargos financeiros de inadimplemento aplicáveis às operações de crédito contratadas com recursos do FCO, por meio da Resolução CMN/Bacen n.º 4.372, de 29.09.2014.

Dentre as demais ações desenvolvidas, destacamos as seguintes:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências;
- coordenação de (e/ou participação em) Grupos de Trabalho e/ou reuniões técnicas com representantes de órgãos e entidades integrantes do Condel;
- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com os Governos dos Estados e do Distrito Federal, os Governos Municipais, o Banco do Brasil S.A., as demais Instituições Operadoras; o Sebrae e outros parceiros, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;
- participação em diversos eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO, a exemplo dos seguintes:
 - Oficina Rotas da Integração Nacional, no dia 16.01.2014, em Brasília (DF);
 - Café da Manhã de Divulgação dos Resultados do FCO, no dia 12.02.2014, em Goiânia (GO);
 - Oficina FCO Turismo, no dia 19.02.2014, em Brasília (DF);
 - Workshop “Desenvolvimento Regional”, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), no dia 26.03.2014, em Brasília (DF);
 - Oficina Plano Brasil Maior (PBM), no dia 26.03.2014, em Goiânia (GO);
 - Brasil Afroempreendedor, nos dias 22 e 23.05.2014, em Goiânia (GO);
 - Brasil Central Tur, no dia 24.07.2014, em Brasília (DF);
 - Seminário “Oportunidades de Negócios no Centro-Oeste”, realizado pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), no dia 31.07.2014, em Brasília (DF); e

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

- Seminário “Repensando Estrategicamente o BRB”, no dia 28.08.2014, em Brasília (DF).
- publicação mensal “Performance dos Fundos Regionais” (Acompanhamento dos Fundos Regionais);
- publicação do caderno “Sistema de Informações Gerenciais” dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) – Exercício de 2013 (versão simplificada ou “Siguinho”); e
- confecção e distribuição de folders e cartilhas sobre o FCO.

12.1. Seminários FCO Itinerante

Como ocorre anualmente, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atentos à necessidade de cumprimento da Programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, intensificaram a divulgação do FCO por meio dos Seminários FCO Itinerante.

No 1º semestre de 2014, foram realizados 37 (trinta e sete) Seminários FCO Itinerante, a partir de uma parceria formada pelo Ministério da Integração Nacional, Sudeco, Governos Estaduais e Municipais, Câmaras Municipais, Instituições Operadoras do FCO, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), Sindicatos Rurais, Associações de Produtores Rurais e Comerciais e outros parceiros relevantes em nível local:

Quadro 33: Programação dos Seminários FCO Itinerante no 1º Semestre de 2014

UF	Município/Cidade	Data	Tipologia	Razão da Escolha	Coordenação
GO	Planaltina de Goiás	12.02.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	Sudeco
GO	Formosa	13.02.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Santo Antônio do Descoberto	19.02.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Vila Boa de Goiás	27.02.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Valparaíso de Goiás	12.03.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Cidade Ocidental	13.03.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Água Fria de Goiás	19.03.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Luziânia	20.03.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Cristalina	03.04.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Alexânia	09.04.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Abadiânia	10.04.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Corumbá de Goiás	24.04.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Mimoso de Goiás	29.04.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Cocalzinho de Goiás	07.05.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Águas Lindas de Goiás	08.05.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Pirenópolis	15.05.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Novo Gama	29.05.2014	EMR	Tipologia / RIDE / Águas Emendadas	
GO	Alvorada do Norte	08.05.2014	DMR	Tipologia / Águas Emendadas / Nordeste Goiano	Governo de GO
GO	Campos Belos	22.05.2014	DMR	Tipologia / Águas Emendadas / Nordeste Goiano	
GO	Alto Paraíso de Goiás	05.06.2014	DMR	Tipologia / Águas Emendadas / Nordeste Goiano	
GO	Iaciara	25.06.2014	DMR	Tipologia / Águas Emendadas / Nordeste Goiano	
GO	Posse	26.06.2014	DMR	Tipologia / Águas Emendadas / Nordeste Goiano	
MT	Feliz Natal	18.03.2014	AR	Potencial sócio-econômico	Governo de MT
MT	Alta Floresta	19.03.2014	DMR	Tipologia	
MT	Terra Nova do Norte	20.03.2014	DMR	Tipologia	
MT	Rondonópolis	02.04.2014	EMR	Tipologia	
MT	Campo Verde	03.04.2014	AR	Potencial sócio-econômico	
MT	Jaciara	04.04.2014	EMR	Tipologia	
MT	Sorriso	14.05.2014	AR	Potencial sócio-econômico	
MT	Lucas do Rio Verde	15.05.2014	AR	Potencial sócio-econômico	
MT	Nova Mutum	16.05.2014	AR	Potencial sócio-econômico	
MS	Inocência	29.04.2014	EMR	Tipologia	Governo de MS

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

MS	Paranaíba	30.04.2014	EMR	Tipologia	
MS	Bonito	28.05.2014	EMR	Tipologia / Faixa de Fronteira	
MS	Bodoquena	29.05.2014	EMR	Tipologia / Faixa de Fronteira	
MS	Brasilândia	25.06.2014	EMR	Tipologia	
MS	Bataguassu	26.06.2014	DMR	Tipologia	

Tipologia: AR - Alta Renda; DMR - Dinâmica; e EMR - Estagnada.

Os Seminários tiveram uma média de público de 103 pessoas, dentre empresários, produtores rurais e lideranças locais.

Por ocasião dos Seminários, foram realizadas palestras sobre as condições de financiamento do FCO e as formas de acesso aos recursos pelos principais órgãos e/ou entidades envolvidas, a exemplo do MI, Sudeco, Governos dos Estados, Sebrae e BB, bem como foram prestadas informações ao público em pontos de atendimento disponibilizados no local.

E o cronograma de Seminários não contou apenas com palestras, mas também com atendimento individualizado a potenciais tomadores, encontros com lideranças locais, entrevistas em rádios e televisões e visitas a empreendimentos financiados com recursos do Fundo.

13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada, com base na documentação fornecida pelo Banco, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1º semestre de 2014 (R\$ 2.541,7 milhões) representou 109,9% do montante previsto (R\$ 2.311,7 milhões);
- as contratações atingiram R\$ 2.441,1 milhões, o que corresponde a 105,6% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.311,7 milhões), e a 96,0% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.541,7 milhões);
- os R\$ 2.441,1 milhões aplicados no semestre beneficiaram diretamente as populações de 461 localidades, correspondentes a 98,7% do total dos municípios da Região (467);
- das contratações realizadas (R\$ 2.441,1 milhões), R\$ 298,7 milhões (12,2%) beneficiaram o DF; R\$ 824,8 milhões (33,8%) o Estado de GO; R\$ 516,9 milhões (21,2%) o Estado de MS; e R\$ 800,8 milhões (32,8%) o Estado de MT;
- as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 1.768,7 milhões, o que representa 72,5% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões);
- dos recursos aplicados (R\$ 2.441,1 milhões), R\$ 1.058,3 milhões (43,4%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.382,8 milhões (56,6%) o setor rural;
- as contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 195,8 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 18,0 milhões;
- as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 593,0 milhões, correspondentes a 56,0% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.058,3 milhões), a 24,3% do volume aplicado na Região (R\$ 2.441,1 milhões) e a 39,8% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.488,3 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais atingiram R\$ 17,5 milhões, consumindo 2,7% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2014

estoques para vendas junto a empreendedores individuais, micro, pequenas e pequeno-médias empresas atingiram R\$ 9,3 milhões, correspondentes a 1,1% do limite/teto respectivo;

- as contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 397,1 milhões no 1º semestre de 2014, o que representa 41,0% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2014 (R\$ 967,4 milhões);
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 228,1 milhões, o que representa 60,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2014 (R\$ 377,0 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a PNDR, absorveram R\$ 747,1 milhões e R\$ 506,0 milhões, correspondentes a 30,6% e 20,7% do total contratado na Região (R\$ 2.441,1 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.253,1 milhões, o que representa 45,0% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2014 (R\$ 2.783,1 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.188,1 milhões, correspondentes a 48,7% do total contratado na Região;
- o DF e os Estados de GO e MT concentraram as aplicações em municípios de alta renda (68,8%, 66,1% e 41,3% respectivamente) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (65,1%);
- na RIDE), foram formalizadas 1.272 operações no montante de R\$ 298,7 milhões, sendo 812 operações no valor de R\$ 205,5 milhões no DF e 460 operações no valor de R\$ 93,2 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 93,2 milhões) representa 81,7% do previsto para aplicação no referido espaço em 2014 (R\$ 114,1 milhões);
- 4.787 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 853,3 milhões;
- no 1º semestre de 2014, as instituições operadoras do repasse aplicaram R\$ 83,7 milhões, o que representa incremento de 151,4% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2013 (R\$ 33,3 milhões);
- das 16.074 propostas existentes no Banco no valor de R\$ 4.041,4 milhões, 13.074 no valor de R\$ 2.441,1 milhões foram contratadas e 3.000 no valor de R\$ 1.600,3 milhões não foram;
- a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2014, saldo de R\$ 19.681,8 milhões, o que representa incremento de 9,8% em relação ao observado em 30.06.2013 (R\$ 17.932,3 milhões);
- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 1,0% (índice global) e 0,6% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco); e
- a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 25.09.2014, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3 às referidas demonstrações contábeis.

Cabe registrar que o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2014, atendeu às orientações contidas no Ofício n.º 497/SFRI/MI, de 11.07.2014, do Ministério da

Integração Nacional, permitindo, assim, o aprimoramento do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e da avaliação de desempenho do Fundo.

14. PARECER E RECOMENDAÇÕES

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2014, **com parecer** da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) **favorável à sua aprovação**.

Considerando as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos ao Condel recomendar ao Banco do Brasil S.A., ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para:

- incrementar a quantidade de operações formalizadas, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades definidas nos normativos em vigor (item 8.1 retro); e
- incrementar as contratações junto ao setor empresarial e atingir as estimativas estabelecidas pelo Condel (item 8.3.1).

IRIS CARLOS PINTO

Analista Técnico Administrativo
CGAC/DFRP/SFRI/MI

LUCIANA DE SOUSA BARROS

Coordenadora – CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

MARINA SERVATO FERREIRA

Coordenadora-Geral Substituta –
CGAC/DFRP/SFRI/MI

HÉLEN CÁSSIA NUNES E SILVA

Coordenadora-Geral de Gestão do FCO e de
Promoção de Investimentos – Sudeco/MI

MAURÍLIO ALVES BARCELOS

Diretor do Departamento Financeiro e de
Recuperação de Projetos – SFRI/MI

EVERALDO FERNANDES BENEVIDES

Diretor de Implementação de Programas e de Gestão
de Fundos – Sudeco/MI

JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO

Secretário Interino de Fundos Regionais e
Incentivos Fiscais – SFRI/MI

CLEBER ÁVILA

Superintendente – Sudeco/MI